

## A Campos Neutrais completa 7 anos

Hemerson Luiz Pase 

A Campos Neutrais – Revista Latino-Americana de Relações Internacionais (ISSN 2596-1314) vinculada ao curso de graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), completa sete (7) anos de publicações regulares e ininterruptas de manuscritos científicos com o mais alto grau de rigor acadêmico.

O coroamento dessa jovem história ocorreu no apagar das luzes de 2025 quando a Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) divulgou a avaliação quadrienal, correspondente ao período de 2020 – 2024, das revistas científicas que circulam no Brasil. Nesta avaliação a Campos Neutrais – Revista Latino-Americana de Relações Internacionais conquistou o conceito A2 numa escala cujo estepe superior é A1. A honra de conquistar esse conceito é ainda maior se considerarmos que a nota anterior da revista, correspondente ao período entre 2017 – 2020, era B. Ou seja, subimos 3 estepes já que a escala atual é A1 à A4, B1 à B5 e C.

É claro que este feito não se realizou aleatoriamente sendo resultado do acaso. Ao contrário, essa conquista é fruto do trabalho de uma equipe muito pequena numericamente, mas gigante na capacidade de trabalho, dedicação e inteligência, cujo destaque vai para a Juslaine Tonin, bibliotecária competente, que trabalhou e trabalha muito para consolidar a Campos Neutrais e para a Ana Paula Dupuy Patella criadora da capa da Revista.

É importante registrar também o apoio dos professores do Curso de Relações Internacionais que de maneira diversa se envolveram com a produção de manuscritos e / ou organização de dossiês. Não obstante, a Direção da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande, unidade onde a revista é vinculada, apoiou muito o nosso trabalho durante esse processo.

Quero destacar também o trabalho do professor Dr. Antônio J. Guimarães Brito meu companheiro na Comissão Editorial da Revista Campos Neutrais, cuja parceria muito apoiou essa conquista.

Considero relevante registrar também os precursores, os colegas professor Daniel Lena Marchiori Neto, idealizador da Revista Campos Neutrais e bibliotecário Maison Roberto Mendonça Gonçalves que me auxiliou e aconselhou durante os primeiros anos / volumes.

Tenho muito orgulho de estar à frente desta história desde o seu nascedouro e desejo continuar contribuindo por muito tempo e com o mesmo sucesso.

Seguindo este caminho, tenho muito orgulho de apresentar o volume 7, número 3, setembro-dezembro de 2025, que mantém alto rigor científico, ao mesmo tempo em que abre as portas para autores iniciantes e temas correlatos às relações internacionais, tais como políticas públicas, políticas ambientais, comércio internacional, *agrobusiness*, dentre outros.

O primeiro manuscrito deste número, **Um acordo de cavalheiros: a colonialidade do poder no sistema de quotas do FMI**, escrito por Jose Alejandro Sebastian Barrios Díaz analisa o Fundo Monetário Internacional (FMI) a partir de uma perspectiva decolonial, concentrando-se no sistema de quotas como instrumento de reprodução de hierarquias globais herdadas do colonialismo. A pesquisa, baseada em abordagem interpretativo-analítica e fontes oficiais do FMI e literatura especializada, busca responder a seguinte pergunta: de que maneira o funcionamento do FMI, particularmente do sistema de quotas, reproduz a colonialidade do poder? Embora o FMI seja formalmente apresentado como uma instituição técnica e neutra, sua governança reflete os interesses das potências centrais, limitando a autonomia econômica de países periféricos e perpetuando desigualdades históricas. O artigo examina a origem do FMI em Bretton Woods, destacando como decisões iniciais foram moldadas por um grupo restrito de economistas e diplomatas das grandes potências. A análise crítica evidencia que países de alta renda concentram a maior parte das quotas e votos, enquanto o Sul Global permanece sub-representado, ilustrando a colonialidade do poder.

O artigo **The never-ending Yugoslav conflict: ethnicity and historical memory in the Serbia–Kosovo negotiations**, escrito por João Manoel Vieira de Araújo, Luana Gomes Lasmar e Hemerson Luiz Pase, analisa os fatores que explicam o fracasso das tentativas de normalização das relações entre Kosovo e Sérvia, com ênfase nos recentes acordos mediados pela União Europeia. Os autores partem seguinte pergunta de pesquisa: como elementos étnico-identitários influenciam os mecanismos causais presentes nas negociações de normalização entre Kosovo e Sérvia? Para respondê-la, adotam o método qualitativo de Process Tracing, com o objetivo de identificar como percepções, discursos e interpretações simbólicas moldam o

comportamento dos atores e interferem nos resultados. A análise empírica identifica quatro mecanismos causais principais, relacionados à divergência semântica sobre os termos do acordo, à memória simbólica do território, à ausência de confiança mútua e às limitações da mediação internacional. Os achados demonstram que o impasse entre Kosovo e Sérvia não decorre exclusivamente de fatores jurídicos ou estratégicos, mas de disputas profundas sobre identidade, história e reconhecimento mútuo. O estudo conclui que, em conflitos com alta carga simbólica e étnica, a mediação internacional falha quando desconsidera os códigos culturais em disputa. A abordagem metodológica adotada contribui para evidenciar causalidades subjetivas e pode ser aplicada a outros casos de impasses diplomáticos marcados por conflitos identitários.

O terceiro artigo, **Os acordos de cidades-irmãs na agenda de cooperação internacional do Japão**, escrito por Ana Lúcia Capelari e Silvana Schimanski, discute as cidades-irmãs na agenda de cooperação internacional do Japão, buscando compreender em que medida o governo central estimula os municípios japoneses a firmarem acordos com atores subnacionais internacionais. Acordos de cidades-irmãs correspondem a arranjos entre cidades de diferentes países, que potencializam relações de cooperação, especialmente nas áreas brandas, como cultura, educação e comércio. Dados do *Council of Local Authorities for International Relations*, fundação vinculada ao governo do Japão que ampara os municípios japoneses que desejam se internacionalizar, apontam haver aproximadamente 1.809 acordos de cidades-irmãs de municípios japoneses com municípios estrangeiros, sendo 47 deles com o Brasil. Os dados também revelam um aumento no número desses acordos entre cidades japonesas com outras cidades internacionais, desde a década de 1990 até os anos recentes. A pesquisa de abordagem qualitativa, realizada por meio de fontes primárias e secundárias, com finalidade exploratória, contribui para a escassa literatura sobre cidades-irmãs, a partir do caso japonês, assim como responde ao seguinte questionamento: em que medida as cidades-irmãs são ferramentas de cooperação presentes agenda de política externa contemporânea do Japão? O estudo sugere que o Japão é um país que reconhece o modelo de cooperação internacional descentralizada das cidades-irmãs, delegando às próprias cidades as iniciativas e incentivos para tais acordos que contribuem para a presença do país no cenário internacional.

O artigo **Quanto das importações mundiais a china concentra?**, escrito por João Pedro Torres Kdouh, Michelle Márcia Viana Martins e Letícia Aparecida de Oliveira, quantifica o comércio mundial a partir da China. Utilizando dados da plataforma WITS de 60

países entre 1999 e 2023, o estudo mensura o *market share* e mapeia padrões de especialização comercial distintos entre países desenvolvidos (PD) e em desenvolvimento (PED). Os resultados mostram assimetrias estruturais: enquanto PD mantêm 85,2% do *market share* em bens intermediários para a China, fornecendo tecnologia incorporada, os PED aumentaram sua participação de 6,2% para 20,2% no período, mas permanecem restritos a 50,5% do mercado agrícola para a China. Contraditoriamente, a China direciona 83,1% de suas exportações de bens intermediários para PD, mas expande vendas de bens de capital para PED de 18,1% para 39,3%, sinalizando estratégia geopolítica de influência. O estudo conclui que essa configuração comercial cria dependência produtiva nos PD e dependência estrutural nos PED, com implicações para vulnerabilidade econômica e autonomia tecnológica. Os autores oferecem dados e reflexões para repensar estratégias de diversificação comercial diante da volatilidade da demanda chinesa e tensões geopolíticas emergentes.

O quinto manuscrito, **A justiça de transição e os povos indígenas brasileiros: perspectivas de uma luta por memória, verdade e justiça**, escrito por Isadora Vieira Chagas e Carlos Artur Gallo, analisa a aplicação dos mecanismos de justiça de transição no Brasil à luz das violações de direitos humanos cometidas contra os povos indígenas durante a ditadura civil-militar (1964-1985). O estudo problematiza a invisibilização histórica dessa população nas políticas de memória e nas medidas de justiça de transição implementadas pelo Estado brasileiro. Os autores objetivam identificar se e quais mecanismos de justiça de transição foram implementados para reparar violações aos direitos humanos dos povos indígenas e examinar em que medida a Comissão Nacional da Verdade (CNV) incorporou as demandas dos povos originários. A metodologia utilizada tem a pesquisa bibliográfica e documental como procedimento, de abordagem qualitativa com método hipotético. A pesquisa demonstra que a justiça de transição no Brasil foi tardia e ineficiente para tratar das graves violações de direitos humanos cometidas contra os povos originários. Ademais, os autores evidenciam ainda o cenário de retrocessos observado a partir de 2019, que comprometeu avanços institucionais já limitados.

O sexto texto **O constitucionalismo inercial e a ineficácia das políticas públicas de pacificação de territórios no Brasil**, escrito por Ismael Leite e Hemerson Luiz Pase, pretende compreender em que medida o afastamento do sistema de justiça das políticas de segurança cidadã compromete a sua eficácia. Os autores defendem que o sistema de justiça brasileiro é

marcado pelo que definem como constitucionalismo inercial, conceito baseado na teoria da democracia inercial de Marcelo Baquero, cujo teor afirma que há um desencontro entre o fortalecimento dos órgãos do sistema e a garantia de acesso à justiça. A partir de pesquisa empírica e análise exploratória, os autores demonstram que mesmo com o crescimento e sofisticação do sistema de justiça, os cidadãos pobres da periferia continuam invisíveis.

O artigo **Da formulação à implementação: análise de políticas públicas e os efeitos do cadastro ambiental rural**, escrito por Matheus Sehn Korting e Stella Maris Nunes Pieve, analisa o Cadastro Ambiental Rural (CAR) a partir de um marco teórico pluralista, articulando as abordagens da Análise de Políticas Públicas, da Análise de Discurso e da Antropologia das Políticas Públicas. O objetivo dos autores é investigar o processo conflituoso de sua formação, os discursos que o legitimaram e seus efeitos materiais enquanto tecnologia de poder. Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa com métodos mistos, incluindo análise documental e bibliográfica de leis, relatórios e discursos de atores-chave. A análise pela ótica das coalizões de advocacia (ACF) revela que o CAR foi resultado de uma intensa batalha política, na qual uma coalizão vitoriosa, integrada por agronegócio e ONGs ambientalistas, hegemonizou o discurso da conciliação entre produção e conservação. Complementarmente, a antropologia das políticas públicas demonstra que o CAR opera como uma tecnologia de governamentalidade neoliberal, produzindo subjetividades, simplificando o território e gerando efeitos ambíguos: por um lado, cria um banco de dados inédito para controle; por outro, facilita a "grilagem digital", mercantiliza a natureza e despolitiza conflitos fundiários históricos. Os autores concluem que o CAR é um artefato político complexo, cujos efeitos ultrapassam sua função declarada, reconfigurando as relações entre Estado, sociedade e natureza no Brasil.

O oitavo manuscrito é a resenha da obra **Política internacional: guia de estudo das abordagens realista e da balança de poder**, escrita pelo professor Eugenio Diniz. A resenha muito bem elaborada por José Renato da Silveira apresenta uma análise elegante sobre o texto de Diniz, discutindo a visão realista e as suas variantes, autores, principais ideias, críticas e referenciais citados pelo autor.

Boa leitura!